

LEITORES/AUTORES EM PRÁTICAS DE LETRAMENTOS LITERÁRIOS

Authors/readers in literary literacies practices

Luiz Guilherme Ribeiro BARBOSA
Colégio Pedro II (CPII)
luiz.barbosa.1@cp2.edu.br
<https://orcid.org/0000-0002-1992-1163>

RESUMO: O artigo procura desenvolver caminhos possíveis de pesquisa em práticas de letramentos literários, considerando, principalmente, o contexto profissional do professor-pesquisador inserido na Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Para isso, estabelece uma compreensão dos letramentos literários, ao eleger conceitos tanto da tradição acerca do ensino de literatura no Brasil, quanto de estudos que procuram estabelecer uma adequada compreensão do termo “letramentos literários” e das práticas que designa. Nesse ponto, reivindica a necessidade de incluir as autorias estudantis em resposta à leitura literária como estratégia para instituir a literatura na vida social da comunidade escolar. Para viabilizar essa perspectiva, propõe-se uma série de Produtos Educacionais (PE), gênero textual acadêmico catalisador, produzido em mestrados profissionais que vem sendo definido em estudos referenciados. O trabalho de proposição de práticas de ensino de literatura em escolas, com base na perspectiva dos letramentos literários, encontra, portanto, na categoria dos leitores/autores um possível caminho inicial para o reconhecimento de escolas como instituições literárias na comunidade a que servem e no território que ocupam.

PALAVRAS-CHAVE: Letramentos literários; Autoria; Leitores/Autores; Ensino de literatura.

ABSTRACT: This paper seeks to develop possible ways of research in literary literacy practices, considering, mainly, the professional context of the teacher-researcher inserted in the Federal Network of Professional, Scientific and Technological Education. For this, it establishes an understanding of literary literacies, by electing concepts both from the tradition about the teaching of literature in Brazil, and from studies that seek to establish an adequate understanding of the term “literary literacies” and the practices it designates. At this point, it claims the need to include student authorship in response to literary reading as a strategy to institute literature in the social life of the school community. To make this perspective viable, a series of Educational Products (EP) is proposed, a catalyzing academic textual genre produced in professional

master's degrees that has been defined in referenced studies. The work of proposing practices of literature teaching in schools, based on the literary literacies perspective, finds, therefore, in the category of authors/readers a possible initial path for the recognition of schools as literary institutions in the community they serve and in the territory they occupy.

KEYWORDS: Literary Literacies; Authorship; Authors/Readers; Teaching Literature.

“A ficção proporciona uma selva controlada, uma oportunidade de ser e de se tornar o Outro. O estrangeiro. Com empatia, clareza e o risco de uma autoinvestigação.”

Toni Morrison

INTRODUÇÃO

Os estudos aplicados de letramento(s) podem se dedicar à elaboração de “alternativas pedagógicas” para o ensino-aprendizagem na educação básica, especialmente na Área de Linguagens, Códigos e suas Tecnologias (COLÉGIO PEDRO II, 2013). Por isso, para construir com coerência uma proposta programática de pesquisa aplicada em práticas de letramento(s), esse artigo procura elaborar diretrizes para alternativas pedagógicas e indicar eventuais Produtos Educacionais (PE) decorrentes da perspectiva de pesquisa adotada, com base no que estabelece Rizzatti et al. (2020). Para isso, será necessário evidenciar alguns posicionamentos teórico-práticos, que resultam do encontro entre a trajetória do autor como professor-pesquisador, e as práticas institucionais nas quais o trabalho como docente está inserido, a saber, o *Campus Engenho Novo II* do Colégio Pedro II (CPII), no Rio de Janeiro, que integra a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica (BRASIL, 2008).

O artigo está organizado em duas seções, que desenvolvem, cada uma, a teoria ou a prática de um programa de pesquisa em curso. Na primeira seção de desenvolvimento, será definida a compreensão de “letramentos literários” em relação tanto à tradição de reflexão sobre ensino de literatura no Brasil, quanto ao uso do termo por autores que têm procurado defini-lo com maior acuidade. Além disso, a noção de “autoria” será reivindicada como decisiva para as práticas de letramentos literários em contextos de crise institucional das democracias liberais, e de aguda desigualdade educacional no país. Na segunda seção de desenvolvimento do artigo, serão elencados exemplos de PEs que podem ser desenvolvidos por professores-pesquisadores dos letramentos literários na Área de Ensino da CAPES, considerando a metodologia necessária e acessível no contexto profissional em foco. Com isso, a categoria dos “leitores/autores” poderá ser mais bem compreendida no contexto das práticas de letramentos literários escolares.

A PRODUÇÃO DA AUTORIA EM PRÁTICAS DE LETRAMENTOS LITERÁRIOS

Em contexto escolar, textos literários podem desempenhar papel agregador de currículos de quaisquer áreas de conhecimento ou componentes curriculares. Essa premissa está baseada na compreensão da literatura, ou das artes verbais em geral, como produção cultural característica das populações e culturas humanas diversas, cuja fruição ampla e autônoma depende de conhecimento linguístico, cultural e multidisciplinar. Assim é que a literatura como “necessidade universal” (embora seja necessário questionar constantemente o teor eurocentrado do termo “universal”, por isso adotamos o termo “comum”) e “instrumento consciente de desmascaramento”, preconizada por Antonio Candido em ensaio seminal sobre o tema (CANDIDO, 2011, p. 188), deve ser compreendida como direito humano, em contexto social nocivo ao desenvolvimento da imaginação atenta ao texto verbal de ficção. Daí que a tese do professor de filosofia alemão Christoph Türcke, segundo a qual as tecnologias digitais, associadas às condições de vida e trabalho precarizadas, promovem uma generalizada “cultura do déficit de atenção”, contra a qual a escola deve se levantar em nome, por exemplo, da literatura (TÜRCKE, 2016), orienta as práticas pedagógicas que venho desenvolvendo em parceria com colegas no CPII e em diálogo com docentes de outras instituições públicas de ensino e pesquisa.

Vale dizer que o posicionamento formado a partir da argumentação de Türcke (2016) não despreza a profusão de atividade de leitura e escrita demandada pelo uso de tecnologias digitais de comunicação, o que torna crianças, adolescentes e adultos em geral leitores e escritores contumazes ou, até mesmo, compulsivos. A análise de Türcke, por outro lado, está baseada na disseminação do diagnóstico e da medicalização do déficit de atenção entre crianças e adolescentes, transtorno de comportamento capaz de afetar as capacidades de leitura concentrada de textos verbais longos, que exijam o exercício da imaginação, sem o auxílio de máquinas de reprodução de imagens. Por isso, a leitura de livros de ficção, como contos, novelas e romances, inclusive livros de poesia, apresenta-se como antídoto a uma tendência da cultura da modernidade histórica. A deterioração da experiência de atenção duradoura na escuta ou na leitura de narrativas longas já havia sido elaborada, por exemplo, em conhecido ensaio escrito em 1936 por Walter Benjamin (1892-1940) sobre a figura do narrador na cultura, do qual a tese de Türcke é francamente tributária.

Para fazer jus, enfim, ao direito à literatura, uma perspectiva de letramento(s) orientada pelo texto literário – escrito ou oral, clássico ou contemporâneo, concebido em língua portuguesa ou traduzido – deve lidar, portanto, com a “carga de vida” dos textos

em sala de aula, de acordo com o que defende o Projeto Político Pedagógico Institucional do CPII (COLÉGIO PEDRO II, 2018, p. 416). É em concordância com o documento que encontramos a definição de “letramentos literários” elaborada em recente capítulo de revisão bibliográfica sobre o conceito, que conclui defendendo o papel dos textos literários no “encontro com o outro e consigo mesmo”, para estudantes da educação básica (AMORIM et al., 2022, p. 96). Além disso, os autores observam uma limitação de abordagem do conceito na *Base Nacional Comum Curricular* (BNCC), homologada em 2018 pelo Ministério da Educação do Brasil, a qual está orientada pela noção de letramento(s) relacionada com diversos suportes e meios de circulação textual (novos letramentos, multiletramentos, letramentos digitais), o que, a nosso ver, é um aspecto importante, porém circunstancial, na consideração de letramentos situados criticamente, conforme demonstra nosso embasamento em Cândido (2011) e Türcke (2016).

No estabelecimento do conceito que vem ajudando a delinear, o pesquisador Rildo Cosson propôs, em artigo recente, uma desambiguação da noção de “letramento literário”, em relação a outras nomenclaturas, como “ensino de literatura”. O trabalho pedagógico sob a perspectiva do letramento literário está preocupado com o desenvolvimento nos estudantes de práticas de leitura adequadas ao texto literário. Assim, o texto literário é observado em sala de aula não como um objeto do discurso do docente, mas como um meio para o processo de leitura literária pessoal e coletiva, que visa à formação de “comunidade de leitores” por métodos que envolvam práticas de “leitura responsável” e de interpretação (COSSON, 2021, p. 86). Em contexto de engajamento coletivo de pesquisadores em Ensino em favor das práticas de leitura literária na escola, marcante, segundo Cosson (2021), nas décadas de 2000 e 2010 brasileiras, a perspectiva do letramento literário alcançou, em parte, a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Brasileira, que, em julho de 2022, foi alterada no intuito de incluir a “formação de leitores” e a “capacitação gradual para a leitura” como requisitos necessários aos direitos de aprendizagem do cidadão (BRASIL, 2022).

Em decorrência da perspectiva dos letramentos literários (adotamos o termo no plural, em concordância com Amorim et al., 2022), que prevê o trabalho com práticas de leitura responsivas, nas quais leitores estejam aptos a elaborar textualmente os efeitos do texto literário sobre si mesmos, o outro e a realidade, é necessário que docentes estejam dispostos a mediar a leitura em relação às subjetividades envolvidas. Assim, trabalhos de referência, como aqueles dedicados a pensar a “leitura subjetiva” da literatura em ambiente escolar (ROUXEL et al., 2012), os sentidos da leitura em geral nos processos de inclusão social de jovens marginalizados (PETIT, 2009) e a escuta dos estudantes por

docentes durante “conversas literárias” (BAJOUR, 2012), são relevantes na construção da perspectiva apresentada nesse artigo. Em comum, esse conjunto de referências oferece lições práticas e narrativas exitosas no tratamento da leitura em contextos sociais adversos, por alguma razão, à formação de leitores de literatura. Poderíamos até mesmo concluir que os letramentos literários e a aprendizagem de algumas práticas de leitura literária na escola, que podem ser colocadas em diálogo com os letramentos literários, são perspectivas teórico-críticas interessadas na “reescrita do lido”, ou seja, em oportunidades de reescrever a realidade concedidas pela interpretação de textos críticos em geral, e textos literários em particular (FREIRE, 2021, p. 30-31). Assim, a reflexão de Paulo Freire sobre os efeitos do ato de ler na emancipação dos sujeitos pode ser considerada fundamental para a compreensão do sentido pedagógico dos letramentos literários.

Nossa perspectiva de letramentos literários, portanto, defende o trabalho de leitura do texto literário em diversas áreas e componentes curriculares na educação básica, e metodologias pedagógicas que incluem as subjetividades dos estudantes na construção de sentido dos textos literários, e tem como horizonte a escola entendida como instituição de produção literária em sentido amplo. Tais dimensões práticas dos letramentos literários ora defendidas foram elaboradas em resposta a estudos preocupados com os lugares em crise da literatura nas democracias liberais contemporâneas (COMPAGNON, 2009; DERRIDA, 2014; TODOROV, 2009) e com as condições psicossociais necessárias à produção de autoria na vida civil e na vida cultural (AGAMBEN, 2007; BARTHES, 2004; FOUCAULT, 2009). Embora se trate de textos contraditórios entre si e inseridos em debate francófono, as referências elencadas apresentam, em comum, a compreensão da literatura como prática social fundamental para a vida democrática, e o exercício da autoria como função discursiva necessária aos limites jurídicos, não necessariamente interpretativos, dos textos literários. Assim, ficção e democracia podem se encontrar em projetos pedagógicos que entendam o letramento literário como processo de aprendizagem multidisciplinar, capaz de formar para o exercício da cidadania em perspectiva crítica a processos de precarização da vida cultural e laboral, em contexto social de aguda desigualdade socioeconômica e cultural, conforme atestam dados produzidos pelas pesquisas Retratos da Leitura no Brasil e Censo Escolar da Educação Básica (INEP, 2022; INSTITUTO PRÓ-LIVRO, 2020).

A faculdade da imaginação exercida sob mediação do texto literário, que cultiva, na prosa de ficção, a atenção concentrada e duradoura a uma experiência humana narrada, pode tornar o leitor um indivíduo empático, apto a considerar distintas visões de mundo, sensações e ideias em jogo, no debate público e na vida civil. Esta é a hipótese de Martha

Nussbaum, importante filósofa norte-americana, que se dedicou a pensar o papel das artes no ensino formal, em sociedades democráticas. Num dos capítulos de seu ensaio *Sem fins lucrativos: Por que a democracia precisa das humanidades* (2015), originalmente publicado em 2010 pela Princeton University Press, em Nova Jersey, EUA, a professora de Direito e Ética especula sobre os efeitos sociais da leitura de ficção em escolas, considerando o funcionamento das democracias liberais, que em geral preveem esse ensino. A consolidação de políticas públicas neoliberais na área de educação, segundo ela, põe em questão o lugar das humanidades e suas especialidades nas instituições de ensino formal, ao mesmo tempo em que, com isso, arrisca o funcionamento da própria democracia liberal, que pressupõe o convívio aprendido com a diferença e a diversidade para se instituir (NUSSBAUM, 2015).

No capítulo dedicado a pensar a função das artes numa democracia liberal, “Cultivar a imaginação: A literatura e as artes”, a professora considera, a partir dos efeitos da leitura do importante romance de Ralph Ellison, *Invisible man* (1952), como a subjetividade do leitor de ficção pode atuar na produção de vida social democrática. Segundo Nussbaum, uma obra literária seria capaz de iluminar, para uma comunidade de leitores, “pontos cegos culturais” específicos, ao imaginar as experiências humanas independentemente da factualidade dos acontecimentos narrados (NUSSBAUM, 2015, p. 108). A ficção, então, aborda a realidade social sob perspectiva única, que não coincide nem com a prática jornalística, nem com a prática política institucional, nem mesmo com processos terapêuticos que incidam sobre o sofrimento dos indivíduos. A literatura apresenta conhecimento especulativo sobre a realidade social, submetido à avaliação de uma comunidade de leitores, que elege narrativas, estilos ou imagens como pontos de referência para o trabalho democrático de construção social, ou seja, o exercício da cidadania. Com isso, a arte literária poderia desempenhar papel preventivo em relação a crises sociais, tais como a perpetuação da violência em consequência de conflitos individuais ou coletivos – uma das marcas de identidade da democracia brasileira. Uma escola vacinada com literatura representativa, a princípio, uma sociedade mais forte no enfrentamento de suas crises.

Para que se efetive o prognóstico desenhado por Nussbaum, é imperativo que estudantes não sejam percebidos exclusivamente como consumidores do mercado cultural. A leitura de ficção na escola, para alcançar o efeito social pretendido, demandaria elaboração subjetiva pelos leitores. Seu ensino, em lugar de apresentar a grandeza do texto literário, se proporia a criar situações de aula que engrandeçam o texto literário, leitores que possam reconhecer o valor do texto literário em suas trajetórias de vida. Apresentar a

estudantes de educação básica a tradição e a atividade literárias, sem interesse necessário no desenvolvimento de profissionais especializados em campo profissional da cultura, pode implicar, portanto, a abordagem pessoal e multidisciplinar do texto literário, cuja elaboração demanda capacidade de produção textual associativa. Na realidade social brasileira, marcada pela desigualdade educacional e pela recente universalização do ensino fundamental, as escolas podem representar uma oportunidade para a reelaboração de narrativas locais, familiares, individuais, de maneira que os letramentos literários estejam em constante diálogo com a formação da autoria dos estudantes. Nessa perspectiva, escrever a leitura, falar a leitura, conversar sobre a leitura são algumas orientações práticas no trato com o texto literário em sala de aula. Imaginar a vida através da literatura implica leitores que reconheçam as memórias e os futuros do lugar e das famílias, organizem e produzam arquivos textuais, literários ou não, que fundamentem os caminhos de uma vida cidadã. É exemplar, no caso brasileiro, a trajetória da escritora Carolina Maria de Jesus (1914-1977), cujo “letramento especial” propiciou a representação rica e questionadora de um cotidiano marcado pela pobreza (EVARISTO; JESUS, 2021). A prática da imaginação e as condições de produção da autoria devem ser consideradas determinantes no trabalho pedagógico com a literatura.

Ao analisar a trajetória exemplar de Carolina, a ficcionista Conceição Evaristo, escrevendo em parceria com Vera Eunice de Jesus, filha de Carolina, apresenta uma consideração fulcral para a perspectiva desse artigo, pois, para as autoras, a atividade literária em contexto brasileiro depende da produção social de autoria, que, por sua vez, se confunde com o exercício pleno da cidadania:

Ao longo do tempo, as injunções da história brasileira sempre favoreceram às classes dominantes o acesso à escola e ao estudo em todos os níveis. Nesse sentido, grupos minorizados pelo poder se apossam da leitura e da escrita como parte de sua luta pelo direito de autorrepresentação, autorizando assim os textos de suas histórias, na medida em que agenciam uma autoria própria. (EVARISTO; JESUS, 2021, p. 13)

A escola precisa desempenhar a função de agenciar as autorias em geral de seus estudantes, especialmente considerando como atuam aspectos de classe social, racialidade e gênero em desfavor do desenvolvimento psicoafetivo de cada um. Ler literatura na escola pode significar escrever *sobre*, *a partir da* ou *com* a literatura na escola, ou seja, em sentido amplo, pode significar escrever literatura. Por isso, espaços de letramento(s) podem ser desenvolvidos como laboratórios de imaginação e autoria literária, que

compreendam a recepção do texto literário como atividade pessoal e coletiva que convida à vida democrática, e a produção discursiva de cada leitora ou leitor como estratégia de formação subjetiva necessária para a atuação na vida pública. Supõe-se, com isso, que um fim do conceito de letramentos literários está no reconhecimento da escola como instituição literária (assim como ela pode ser uma instituição matemática, geográfica, biológica etc.), capaz de instituir a atividade de leitura e escrita literárias na vida social das famílias que atende e do território onde se localiza, entendendo a literatura como arte da imaginação linguística, autorizada pela cidadania de cada leitor/autor.

CAMINHOS DE PESQUISA EM LETRAMENTOS LITERÁRIOS

A construção de alternativas pedagógicas às práticas de letramentos literários vigentes ou ausentes nas escolas está relacionada, numa pesquisa inserida na Área de Ensino da CAPES, com a elaboração de Produtos/Processos Educacionais (PE). Um artigo publicado em 2020 na revista *Actio: Docência em Ciências* sumariza e propõe alguns entendimentos sobre os PEs que vêm sendo produzidos na Área de Ensino da CAPES (RIZZATTI et al., 2020). Assim, o objetivo geral e os objetivos específicos de uma pesquisa dedicada a conceber alternativas pedagógicas em práticas de letramentos literários estão relacionados com a produção acadêmica necessária, que inclui a produção de PEs. O tema dos PEs, portanto, são metodologias, atividades, intervenções, avaliações e demais procedimentos pedagógicos mediados por um docente no contexto de educação formal, com o objetivo de formar cidadãos leitores de narrativas de ficção.

Os PEs e demais produções acadêmicas elaboradas no âmbito dessa pesquisa devem estar engajados numa “agenda de inclusão”, que compreenda a produção de autoria de estudantes como objetivo geral das práticas de letramentos literários, considerando as condições sociais de desigualdade econômica, étnico-racial e de gênero como determinantes adversos na formação educacional para o exercício da cidadania (NASCIMENTO, 2019, p. 108). É nesse sentido que o artigo se dedica a elaborar diretrizes para metodologias de letramentos literários que considerem o desenvolvimento da autoria de estudantes como objetivo pedagógico geral.

A elaboração das propostas está relacionada com experiência acumulada que decorre de oportunidades resultantes do diálogo entre escola e universidade, ou da infraestrutura de pesquisa de que goza a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica. Assim é que o Programa Institucional de Bolsa de Iniciação à Docência (Pibid), da CAPES, e as bolsas de iniciação científica jr. ou de iniciação cultural e artística jr. podem ser experiências importantes na formulação de práticas pedagógicas inovadoras

em letramentos literários. De experiências como essas foram elaboradas metodologias de seleção de leitura de ficção comum entre turmas de mesmo ano de escolaridade, ou metodologias de edição e publicação de textos literários produzidos por estudantes da escola interessados em literatura. A supervisão de estágio de licenciandos em Letras é outro caminho no processo de elaboração, embora em inúmeros contextos laborais professores da educação básica não disponham de carga horária para atuar em frentes de trabalho que extrapolam o ensino regular.

Com base nessa perspectiva e nessa experiência, é possível elencar, entre objetivos específicos de pesquisa em inovação em práticas de letramentos literários, tanto as etapas de execução do programa de pesquisa, quanto exemplos de PEs que podem vir a ser produzidos em diálogo com o objetivo geral. Ao considerar os gêneros de PEs estabelecidos por Rizzatti et al. (2020, p. 4-5), pudemos vislumbrar alguns caminhos de estudo teórico-prático. Os exemplos de PEs elencados na Tabela 1 representam perspectivas de trabalho, e foram elaborados procurando considerar as possibilidades propiciadas pelos PEs, inclusive enfatizando a interface entre os letramentos literários e o uso das tecnologias digitais, que às vezes, por desconhecimento ou lapso, pode ser desprezada por docentes-pesquisadores que atuam nos componentes curriculares das áreas de Linguagens ou Ciências Humanas.

É preciso ressaltar, por fim, que os exemplos de PEs estão apresentados independentemente dos interesses de pesquisa manifestados pelos colegas professores ou pelos professores-licenciandos com os quais o trabalho docente dialoga dia a dia, o que pode alterar ou acrescentar temas de PEs. O diálogo com os interesses de pesquisa de colegas professores ou professores-licenciandos é imprescindível num trabalho interessado na qualidade e na relevância de PEs a serem validados, fazendo jus ao próprio tema de pesquisa, que reivindica a inclusão da autoria no trabalho constante com os letramentos literários.

Exemplos de PEs decorrentes do programa de pesquisa	
Gênero	Tema
Material didático	<ul style="list-style-type: none"> • Sínteses didáticas, baseadas em revisão bibliográfica, dos saberes literários em sala de aula curricularizados por BNCC e currículos mínimos estaduais, Enem e vestibulares estaduais, projetos político-pedagógicos e saberes baseados na experiência docente. • Propostas didáticas de oficinas de produção literária, a serem aplicadas em sala de aula, de acordo com a série de escolaridade, o currículo praticado, o contexto da comunidade escolar e o repertório literário do professor-pesquisador.
Tecnologia social	<ul style="list-style-type: none"> • Desenvolvimento de iniciativas que incluem as famílias de estudantes no processo de letramentos literários, mobilizando-as no acesso a bibliotecas públicas, e fomentando a leitura em parceria entre responsáveis e estudantes com menos de 18 anos.
Software ou aplicativo	<ul style="list-style-type: none"> • Recurso digital de avaliação de produção textual de estudantes, digitalizada por imagem ou digitada em software de texto, com recursos para descrição e cálculo de critérios de avaliação, e automatização dos comentários aos textos.
Manual ou protocolo	<ul style="list-style-type: none"> • Etapas de processos de escolha de livros de literatura para leitura coletiva em contexto escolar, incluindo seleção de candidaturas, debate eleitoral e estratégias para aquisição de exemplares para os estudantes. • Etapas para a condução de oficinas de escrita criativa em contexto escolar, considerando princípios éticos e jurídicos no tratamento da autoria dos textos de estudantes, e a dimensão psicoafetiva que o trabalho com a imaginação requer.
Processo educacional	<ul style="list-style-type: none"> • Sequências didáticas aplicadas nas salas de aula ou nas escolas dos colegas professores, que pratiquem o desenvolvimento da autoria argumentativa e literária dos estudantes em geral.

Tabela 1 – Exemplos de PEs decorrentes do programa de pesquisa. Autoria própria.

Além da produção dos PEs exemplificados, parece necessário o esforço de definição mais precisa das autorias escolares, investigando como textos ficcionais, pessoais ou críticos produzidos por estudantes de ensinos fundamental e médio manifestam maior ou menor grau de autoria, dada a trajetória escolar dos autores. A categoria do “leitor-autor”, tal como desenhada por Adriana Pastorello Buim Arena, em artigo publicado em 2009, apenas parcialmente contempla o escopo dessa pesquisa. Para Arena (2009), a interação verbal entre sujeitos do discurso forma a língua, a linguagem e sua comunicação, de maneira que, no ato da leitura, um leitor atua sobre os sentidos do texto, em experiência dialógica.

A retomada da teoria de Mikhail Bakhtin (1895-1975) justifica o uso do termo “leitor-autor”, embora, para Arena (2009), estejamos falando aqui que, a princípio, qualquer leitor é, por essa perspectiva, também autor. No escopo desse artigo, consideramos a autoria uma função social (FOUCAULT, 2009), e convidamos as práticas de letramentos literários a trabalhar com a variação de posições sociais dos estudantes, ora leitores de textos literários, ora autores de textos literários. Não se trata de discordância com Arena (2009), mas de extrair consequências da perspectiva dialógica, que justifica a variação de posições. Por isso, em lugar do hífen adotado por Arena (2009), optamos pela barra para designar a variação de posições sociais em práticas de letramentos literários: leitores/autores. De qualquer maneira, a produção de artigo de revisão bibliográfica a respeito da autoria como categoria do(s) letramento(s) e, posteriormente, a análise de *corpus* formado por textos literários produzidos por estudantes em contextos escolares diversos consistem em duas etapas de desenvolvimento desta pesquisa, a fim de dar a conhecer com maior precisão a categoria dos leitores/autores escolares, e sua aplicação pedagógica.

Outro aspecto que demanda estudo e representa um objetivo específico da pesquisa é a investigação das condições laborais necessárias a docentes na consideração da autoria de seus estudantes. O reconhecimento e a remuneração do trabalho de leitura dos textos produzidos em sala de aula, dos quais professores têm sido alienados em determinadas escolas privadas no país, as quais terceirizam a avaliação de textos dos estudantes, são condições profissionais que devem ser consideradas numa pesquisa aplicada. Também em escolas públicas, mesmo que haja alguma carga horária prevista para o planejamento pedagógico ou a pesquisa científica, são frequentes as demandas por substituição de colegas em licença, atendimento de famílias ou mesmo coordenação de equipe que não estejam previstas em carga horária e, com isso, se sobrepõem ao trabalho de planejamento e pesquisa, precarizando-o. Por isso, a pesquisa não descarta a análise ou a futura proposição de políticas públicas de formação continuada de professores ou da legislação trabalhista que incide sobre a prática docente no Brasil. As políticas públicas implementadas em prol da leitura literária, em geral dedicadas a oferecer à população acesso ao livro, precisam ser observadas por cada professor quando essas iniciativas têm a escola como escopo, a fim de que não se perca o trabalho de mediação da leitura, indispensável à efetividade de tais políticas. É nesse sentido que a consideração das autorias estudantis podem ser fator de análise importante na avaliação das políticas públicas voltadas para a leitura, além de base para a eventual proposição de políticas alternativas, mais complexas.

Dessa maneira, é possível sintetizar, como objetivos específicos da consideração da autoria como categoria necessária à prática dos letramentos literários: a dedicação

à delimitação do conceito de leitores/autores, com base em revisão bibliográfica; a proposição de aplicações do conceito em escolas, incluindo o diálogo com docentes de diversas instituições; a análise de resultado das aplicações pedagógicas, de acordo com os processos de validação dos PEs; o estabelecimento das condições laborais necessárias ao docente para a realização dessas práticas.

Por fim, mostra-se cuidadosa uma posição acerca de metodologia de pesquisa na Área de Ensino da CAPES que considere as características envolvidas numa pesquisa-ação, as quais incluem a atenção especial ao momento de aplicação da pesquisa em contexto educacional. Uma pesquisa-ação se desenvolve a partir de planejamento devidamente aprovado por comissão de ética em pesquisa, no entanto, seus resultados podem alterar até mesmo os pressupostos, pois o professor-pesquisador em campo pode reconsiderar a teoria que informa sua prática de acordo com os resultados obtidos. Assim é que um programa de pesquisa na Área de Ensino, ao se dedicar ao tema delineado sob a metodologia da pesquisa-ação, estabelece, de acordo com relevante artigo de David Tripp, antes uma “carta de intenções” do que uma “proposta de pesquisa” (TRIPP, 2005, p. 459).

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Considerando a hipótese geral desse artigo, espera-se aprofundar e consolidar a compreensão dos efeitos pedagógicos na produção de autoria em práticas de letramentos literários com o programa de pesquisa elaborado. O resultado pode representar a valorização de metodologias práticas de oficinas literárias ou de escrita criativa, de processos eleitorais para escolha de livros de ficção a serem lidos coletivamente, ou publicações artesanais de textos estudantis para circulação na comunidade escolar, por exemplo. Os PEs são uma importante oportunidade para a realização desse programa, por possibilitarem a testagem de procedimentos em contextos escolares variados e específicos. Os eventuais problemas advindos da aplicação dos PEs, esperados em qualquer processo de pesquisa aplicada, podem aprimorar a compreensão acerca da efetividade das práticas de produção autoral em letramentos literários.

AGRADECIMENTOS

Agradeço ao professor Marcos Vinícius Scheffel (UFRJ) a leitura crítica deste original.

REFERÊNCIAS

AGAMBEN, Giorgio. O autor como gesto. **Profanações**. Tradução de Selvino J. Assmann. São Paulo: Boitempo, 2007. p. 55-64.

AMORIM, Marcel Alvaro; DOMINGUES, Diego; KLAYN, Débora Ventura; SILVA, Tiago Cavalcante da. A questão dos letramentos e dos letramentos literários. **Literatura na escola**. São Paulo: Contexto, 2022. p. 75-100.

ARENA, Adriana Pastorello Buim. Leitor-autor: o sujeito construtor de sentido. **Revista de Educação**, PUC-Campinas, n. 26, 2009. Disponível em: <https://seer.sis.puc-campinas.edu.br/reveducacao/article/view/125>. Acesso em: 5 out. 2022.

BAJOUR, Cecilia. A conversa literária como situação de ensino. **Ouvir nas entrelinhas: O valor da escuta nas práticas de leitura**. Tradução de Alexandre Morales. São Paulo: Editora Pulo do Gato, 2012. p. 46-75.

BARTHES, Roland. A morte do autor. **O rumor da língua**. Tradução de Mario Laranjeira. São Paulo: Martins Fontes, 2004. p. 57-64.

BRASIL **Lei n. 11.892, de 29 dez. 2008**. Institui a Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica, cria os Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, e dá outras providências. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2008/lei/l11892.htm. Acesso em: 29 set. 2022.

BRASIL **Lei n. 14.407, de 12 jul. 2022**. Altera a Lei n. 9.394/1996 (Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional), para estabelecer o compromisso da educação básica com a formação do leitor e o estímulo à leitura. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2019-2022/2022/Lei/L14407.htm. Acesso em: 28 set. 2022.

CANDIDO, Antonio. O direito à literatura. **Vários escritos**. 5. ed. Rio de Janeiro: Ouro sobre Azul, 2011. p. 171-193.

COLÉGIO PEDRO II. Linhas de Pesquisa. Programa de Mestrado Profissional Práticas de Educação Básica (MPPEB), 2013. Disponível em: <http://www.cp2.g12.br/blog/mpcp2/conteudo/19>. Acesso em: 26 set. 2022.

COLÉGIO PEDRO II. **Projeto Político Pedagógico Institucional 2017-2020**. Rio de Janeiro: Colégio Pedro II, 2018.

COMPAGNON, Antoine. **Literatura para quê?** Tradução de Laura Taddei Brandini. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2009.

COSSON, Rildo. Ensino de literatura, leitura literária e letramento literário: uma desambiguação. **Interdisciplinar: Revista de Estudos em Língua e Literatura**, ano XVI, vol. 35, jan.-jun. 2021. p. 73-92. Disponível em: <https://seer.ufs.br/index.php/interdisciplinar/article/view/15690>. Acesso em: 28 set. 2022.

DERRIDA, Jacques. **Essa estranha instituição chamada literatura:** Uma entrevista com Jacques Derrida. Tradução de Marileide Dias Esqueda. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2014.

EVARISTO, Conceição; JESUS, Vera Eunice de. Outras letras: Tramas e sentidos da escrita de Carolina Maria de Jesus. **Casa de alvenaria, volume 1:** Osasco. São Paulo: Companhia das Letras, 2021. p. 9-23. (Cadernos de Carolina, 1)

FOUCAULT, Michel. O que é um autor? **Ditos & Escritos III.** Tradução de Inês Autran Dourado Barbosa. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009. p. 264-298.

FREIRE, Paulo. A importância do ato de ler. **A importância do ato de ler:** em três artigos que se completam. São Paulo: Cortez Editora, 2021. p. 19-31.

INEP. **Censo Escolar da Educação Básica 2021.** Brasília, Ministério da Educação, 19 mai. 2022. Disponível em: <https://www.gov.br/inep/pt-br/areas-de-atuacao/pesquisas-estatisticas-e-indicadores/censo-escolar>. Acesso em: 26 set. 2022.

INSTITUTO PRÓ-LIVRO. **Retratos da Leitura no Brasil.** 5. ed. São Paulo: Instituto Pró-Livro; Itaú Cultural, 2020.

NASCIMENTO, Gabriel. **Racismo linguístico:** Os subterrâneos da linguagem e do racismo. Belo Horizonte: Letramento, 2019.

NUSSBAUM, Martha. Cultivar a imaginação: A literatura e as artes. **Sem fins lucrativos:** Por que a democracia precisa das humanidades. Tradução de Fernando Santos. São Paulo: Martins Fontes, 2015. p. 95-120.

PETIT, Michèle. **Os jovens e a leitura:** Uma nova perspectiva. Tradução de Celina Olga de Souza. 2. ed. São Paulo: Editora 34, 2009.

RIZZATTI, Ivanise Maria; MENDONÇA, Andrea Pereira; MATTOS, Francisco; RÔÇAS, Giselle; DA SILVA, Marcos André Vaz; CAVALCANTI, Ricardo Jorge; OLIVEIRA, Rosemary Rodrigues de. Os produtos e processos educacionais dos programas de pós-graduação profissionais: proposições de um grupo de colaboradores. **Actio:** Docência em Ciências, v. 5, p. 1-17, 2020. Disponível em: <https://periodicos.utfpr.edu.br/actio/article/view/12657>. Acesso em: 26 set. 2022.

ROUXEL, Annie; LANGLADE, Gérard; REZENDE, Neide Luzia de (orgs.). **Leitura subjetiva e ensino de literatura.** Tradução de Amaury C. Moraes et al. São Paulo: Alameda, 2012.

TODOROV, Tzvetan. **A literatura em perigo.** Tradução de Caio Meira. Rio de Janeiro: Difel, 2009.

TRIPP, David. Pesquisa-ação: uma introdução metodológica. **Educação e Pesquisa**, São Paulo, v. 31, n. 3, p. 443-466, set./dez. 2005.

TÜRCKE, Christoph. **Hiperativos!** Abaixo a cultura do déficit de atenção. Tradução de José Pedro Antunes. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2016.

Recebido em: 17 out. 2022.

Aceito em: 05 dez. 2022.